

Hora de repensar a autoridade: os Estados Unidos e a integração latino-americana

Arthur Ituassu

Até as últimas eleições legislativas existia uma noção equivocada de que haveria uma «divisão profunda» nos Estados Unidos, que estaria sendo reforçada agora com o fracasso da intervenção no Oriente Médio. De fato, a atual situação política nos EEUU é parte de uma tendência de fortalecimento e consolidação no país de correntes ideológicas identificadas com o «conservadorismo» e o «nacionalismo», que foram abraçadas pelo Partido Republicano em momentos específicos da história norte-americana. A um contexto de antiamericanismo crescente e de consolidação de um poder conservador nacionalista na estrutura política norte-americana, soma-se um vazio de respostas no que diz respeito à segurança nacional e aos problemas mais graves enfrentados pelo planeta – o terrorismo, a pobreza, a Aids, a degradação do meio ambiente. O que se abre hoje à América Latina em geral e também ao Brasil é um campo totalmente distinto de possibilidades. Trata-se do campo das relações transnacionais, das interações mais entre pessoas e organizações (públicas e privadas) e menos entre Estados nacionais, que se abre exatamente como função da atual configuração do sistema internacional.

Arthur Ituassu: professor de relações internacionais na PUC-Rio; editor na Jorge Zahar Editor; autor em *openDemocracy*.

Palavras-chave: contexto internacional, reações internacionais, nacionalismo, integração regional, América Latina, Brasil.

Introdução

No prefácio da primeira edição de *As origens do totalitarismo*, Hannah Arendt descreve a sua época como um tempo sombrio.

Nunca um futuro foi tão imprevisível, nunca dependemos tanto de forças políticas que não são confiáveis no cumprimento das regras do bom senso e do interesse – forças que parecem completamente enloquecidas.¹

Arendt escrevia de uma geração que viveu duas guerras mundiais e entrava pela Guerra Fria. Naquele momento, a escalada da violência entre Estados-nacionais parecia não ter fim. O mundo chegou ao limite de vislumbrar a destruição de tudo e de todos.

A razão prevaleceu e os 1990 foram anos de otimismo. A competição entre as duas grandes potências terminara de forma pacífica. A invasão do Kuwait pelo Iraque de Saddam Hussein fora rechaçada por uma coalizão liderada pelos Estados Unidos com a chancela da ONU. O boom das *.com* impulsionava a economia norte-americana, alavancando-a a um estágio bastante superior às demais. A tendência dos EUA à importação aumentava, e a prosperidade assim alcançava outras partes do globo – especialmente na Ásia, o que fortaleceu determinadas elites de Estado e mercado conectadas à economia internacional.

O mundo estava mais aberto ao comércio. Brasil e Argentina viviam depois de muitos anos o bem-estar da estabilidade. Já no segundo mandato, e depois de promover o Acordo de Belfast na Irlanda, Bill Clinton negociava a paz no conflito palestino-israelense com uma ampla proposta de Israel na mesa, apresentada pelo conservador Ehud Barak.

Por baixo desse otimismo, forças transnacionais, vez por outra, pegavam o mundo de surpresa. Não à toa, os 1990 foram também os anos das crises financeiras ocorridas na Ásia, na Rússia, na Argentina e no Brasil. Foram os anos da pobreza na África, vista nas imagens do massacre de Ruanda, da guerra na Somália, no Congo, em Angola, no Sudão.

¹ Tradução minha de: «Never has our future been more unpredictable, never have we depended so much on political forces that cannot be trusted to follow the rules of common sense and self-interest – forces that look like sheer insanity» (Arendt, H.: *The Origins of Totalitarianism*, New York, Harvest, 1979[1948], Preface to the First Edition.)

Durante a transição dos séculos, o continente africano foi transformado no berço da desolação e da doença: 40% da população sobrevive com menos de US\$ 1 por dia, e metade destes com menos de US\$ 2 por semana; a chance de morrer antes de se completar cinco anos de idade é cinco vezes maior do que em qualquer lugar do planeta; 30 milhões de pessoas estão infectadas pela Aids, 15 milhões morrerão em cinco ou dez anos, 17 milhões já morreram; hoje, a expectativa de vida gira em torno de 59 anos, podendo retroceder aos 44 em pouco tempo².

Além da pobreza e da Aids, as áreas menos favorecidas viram crescer o extremismo religioso acompanhado do terrorismo político. Depois de uma série longa de atentados de custo baixo para a sociedade global, em torno da (infeliz) média de um ataque a cada 2,5 anos, com o número de mortes girando em torno de 100 pessoas³, o mundo viu o ódio explodir as torres do World Trade Center, ao vivo, no 11 de Setembro de 2001; três mil norte-americanos foram alvos de um ódio cada vez menos nacional e mais transnacional. Em relação aos tempos que Arendt descreve, o terrorismo surge como se a violência houvesse chegado a um certo limite estrutural – o fim de tudo -, e assim regredido para estágios mais difusos de transnacionalidade; mesmo que as ogivas armadas durante a Guerra Fria sejam capazes, ainda hoje, de destruir o planeta mais de uma vez⁴.

Neste momento, não há dúvidas de que lidamos com um ambiente totalmente diferente daqueles vivenciados durante todo o século XX, de base nacional e internacional mais sólida. O momento atual é caracterizado pela predominância de uma grande potência internacional, cujo ordenamento é atacado por uma série de ameaças difusas transnacionais - como o terrorismo, a Aids, a pobreza, o meio ambiente. Quais são as características desse contexto internacional caracterizado pela presença de um poder internacional, os Estados Unidos, e de ameaças transnacionais difusas, e o que isso significa para o Brasil, para a América Latina e para os processos de integração regional são as questões que pretendo abordar aqui neste trabalho, para que seja possível pensar posteriormente nos caminhos à escolha da região, objetivo último desta empreitada.

Para tanto, caminharei primeiro pelo terreno da política interna e externa norte-americana, com o intuito de entender a natureza do poder internacional do qual

² Sobre isso ver: Poku, Nana K.: «Poverty, debt and Africa's HIV/AIDS crisis», in *International Affairs*, 78, 3 (2002) 531-46.

³ Ituassu, A.: «Terrorismo tem rotina estatística», in *Jornal do Brasil*, 2a edição, domingo, 14 de março de 2004, p.A15.

⁴ Sobre isso ver: Ituassu, A.: «Questionando conceitos: entrevista com o professor Nicholas Onuf» in *Cadernos do Terceiro Mundo*, Julho/Agosto 2002, n. 242, XXVI, p.5.

me refiro. Após isso, tratarei de analisar a interação desse poder com o contexto em sua volta, especialmente em relação às ameaças difusas do ambiente internacional contemporâneo. Depois, tentarei abordar o que esse momento significa para as relações Brasil-Estados Unidos, para então poder refletir sobre a situação da América Latina e seus processos de integração. O meu objetivo final é afirmar a preocupação envolta na abordagem nacional de problemas tipicamente transnacionais e a necessidade completa de reflexão e transformação do papel da autoridade na região latino-americana.

Os Estados Unidos 100 anos depois

Em 1901, o escritor norte-americano Mark Twain foi chamado de traidor. Na época, ele era um dos símbolos principais da plataforma antiimperialista nos Estados Unidos e estava sendo chamado de traidor por não ter ido lutar nas Filipinas. O escritor, de fato, alertava para uma «guerrinha distante» que ameaçava gerar uma nação dividida entre patriotas e traidores, sem que se pudesse diferenciá-los⁵.

Cem anos depois, com imagens poderosas, os atentados de 11 de Setembro de 2001 fizeram parar os Estados Unidos e o mundo. Sem dúvida alguma, os ataques foram paradigmáticos no que diz respeito à inserção do tema na mídia e no pensamento norte-americano. As ondas geradas nos 102 minutos - entre o choque do primeiro avião e o desabamento das torres - ainda repercutem nos canais de notícias, nas burocracias, nos institutos de pesquisa, nas universidades, nos partidos, no mercado e no cinema norte-americano.

O termo «guerra contra o terrorismo» entrou para o rol das questões que avaliam o próprio governo dos Estados Unidos. Uma pesquisa recente da Princeton, por exemplo, mostra que, em agosto, 45% dos norte-americanos estavam insatisfeitos com a forma pela qual o governo Bush vem tratando a «guerra contra o terrorismo». Na mesma sondagem, o presidente George Walker Bush apresentou um índice de aprovação de 49%.

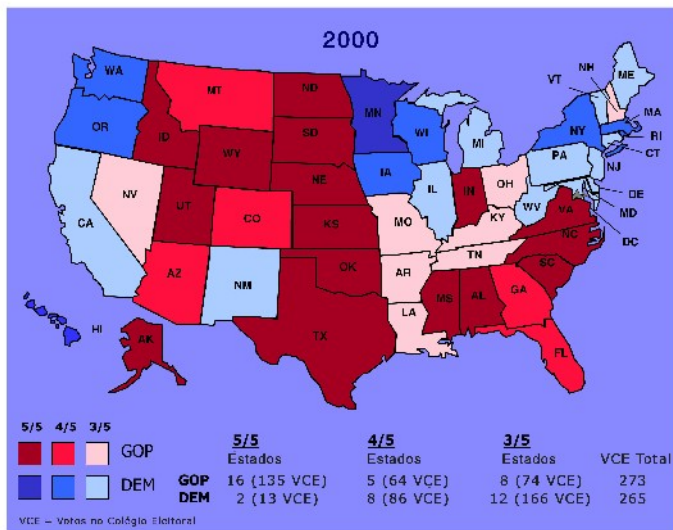
É importante perceber que se as estatísticas parecem divididas, essa divisão não é (e não vem sendo) representada na composição do poder político norte-americano há muito tempo. O resultado da eleição de 2000, que elegeu Bush pela primeira

⁵ Sobre isso ver: Twain, M.: *Patriotas e traidores: antiimperialismo, política e crítica social*, São Paulo, Perseu Abramo, 2006.

vez, gerou uma noção equivocada de que haveria uma «divisão» ou mesmo uma «divisão profunda» nos Estados Unidos, que estaria sendo reforçada agora com o fracasso da intervenção no Oriente Médio.

Naquela época, chamou-se atenção para os seguintes fatos: (1) nenhum partido conseguia (havia três eleições) alcançar 50% do total de votos, tanto no que diz respeito ao Congresso quanto à Presidência; (2) o Senado estava absolutamente dividido em 50 votos para republicanos, 50 para democratas; e (3) o voto popular havia sido derrotado pelo Colégio Eleitoral. O problema dessa interpretação, no entanto, surge quando se olha para o mapa político dos Estados Unidos após aquela eleição:

Figura 1



Percebe-se pelo mapa (Figura 1) um claro predomínio do Partido Republicano (em vermelho, do mais claro ao mais escuro – o mais escuro indica os locais onde os republicanos obtiveram vitórias nas cinco eleições anteriores; o vermelho intermediário, quatro vitórias em cinco eleições; e o mais claro, três em cinco). O *Grand Old Party* (GOP), como é conhecida a agremiação republicana, havia naquela época vencido as cinco últimas eleições em 16 estados da Federação, garantindo no período o equivalente a 135 votos no Colégio Eleitoral, enquanto os democratas apresentavam a mesma performance em apenas dois estados: Minnesota e Havaí, ou 13 votos no Colégio Eleitoral (VCE).

Como mostram os números de quatro anos depois (Figura 2), os republicanos não só ocupavam a Casa Branca, como eram, em 2004, maioria entre os governadores, os senadores e os representantes no Congresso norte-americano.

Figura 2

<u>PARTIDOS</u>	<u>GOVERNADORES</u>	<u>REP.</u>	<u>SENADO</u>
GOP	28	228	51
DEM	22	206	48
IND	0	1	1
TOTAL	50	435	100

Os mapas políticos de 2004 por estados da Federação (Figura 3) e, em especial, por condados (Figura 4) são representativos do momento político norte-americano.

Figura 3

2004

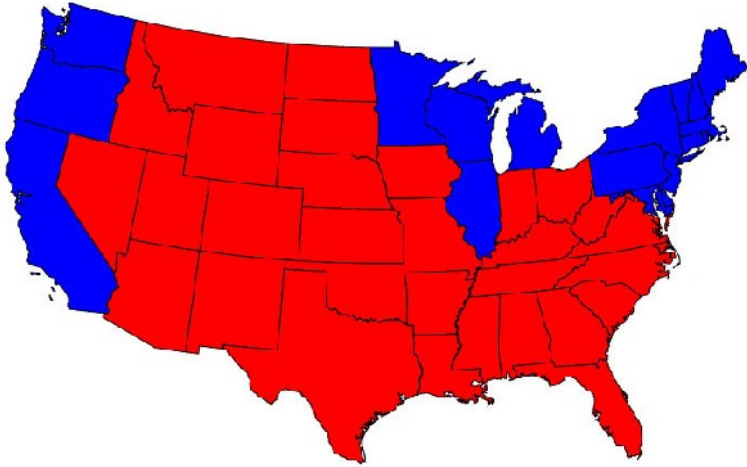
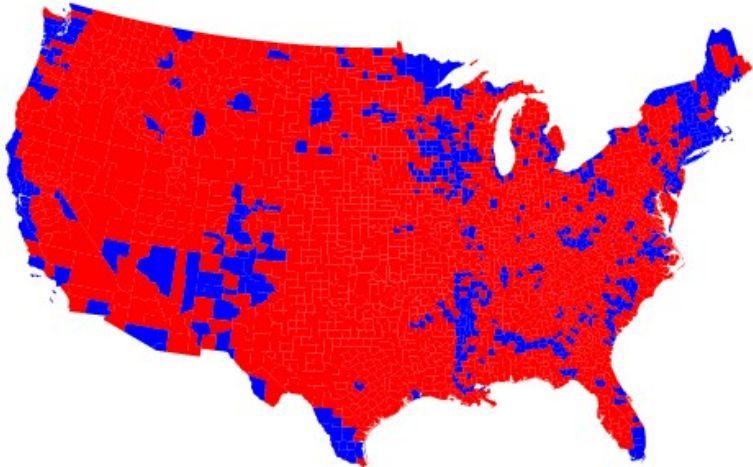


Figura 4

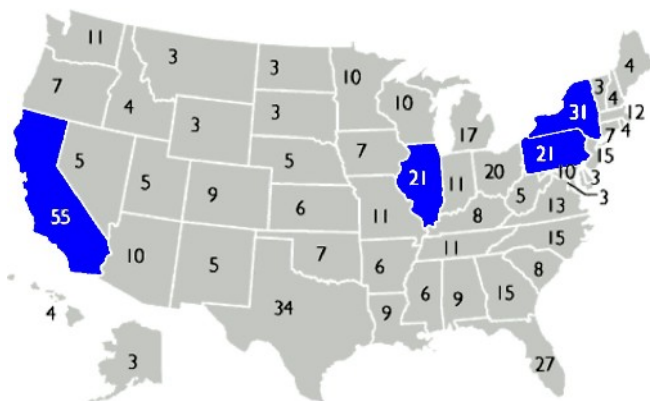


Vale lembrar que para se entender a política nos Estados Unidos é preciso pensar o «nacional» realmente como um todo composto de unidades federadas – princípio

do federalismo norte-americano. Muitas vezes, as pesquisas de âmbito nacional feitas no país são enganadoras exatamente porque a estrutura institucional obedece maiorias regionais e não «nacionais», o que é radicalmente representado pela existência do Colégio Eleitoral.

Quando se avalia uma pesquisa que aborda a situação política nos estados da Federação, percebe-se melhor o que está ocorrendo hoje na política norte-americana. Números de julho de 2006 da gigante Survey USA⁶ demonstram índices de aprovação ao governo Bush menores de 40% em boa parte dos estados onde os democratas já venceram nas últimas eleições. Vale perceber que a sondagem foi feita às vésperas do segundo pleito de meio de mandato do governo Bush, normalmente bastante desfavorável ao incumbente. Ao serem comparados com o atual mapa dos votos no Colégio Eleitoral norte-americano, os índices também mostram que os estados mais populosos e que, simultaneamente, mais desaprovam o atual presidente dos Estados Unidos são exatamente aqueles que vêm impulsionando os democratas nas últimas eleições: Nova York (com 31 votos no Colégio Eleitoral), Pensilvânia (21), Illinois (21) e Califórnia (55).

Figura 5



De fato, a atual situação política nos Estados Unidos é parte de uma tendência já antiga de fortalecimento e consolidação no país de correntes ideológicas identificadas com o «conservadorismo» e o «nacionalismo», que foram abraçadas

⁶ <www.surveyyusa.com/50State2006/50StateBushApproval060718Approval.htm>.

pelo Partido Republicano em momentos específicos da história norte-americana. Tal fenômeno histórico-social está consolidado como elemento de peso e bastante influente na política interna e externa dos Estados Unidos, e independe do governo Bush. Além disso, no que se trata das reações internacionais, o desenvolvimento vem ocupando ideologicamente o campo das «respostas» num momento em que as perguntas são muitas, em especial sobre a forma de se garantir «segurança nacional» em um ambiente hostil; num momento em que a ampla disseminação do antiamericanismo pelo mundo é o ovo e a galinha do mesmo processo.

Nacionalismo e «conservadorismo»

Se tropas enviadas por Washington agem espalhadas pelos quatro cantos do planeta, isso se deve em especial à difusão no país de um forte sentimento nacionalista, abraçado desde 1860 pelo Partido Republicano. Tal ideologia, antes tipicamente européia, se fortaleceu nos EUA com a chegada dos imigrantes do Velho Continente, a Guerra Fria e o anticomunismo, fundamentais para a consolidação de um «ser» que mantém aceso o tradicional farol da excepcionalidade⁷.

Vale notar que muitas práticas comuns hoje nos Estados Unidos como o culto à bandeira; o juramento diário de lealdade nas escolas, ao símbolo principal do país; o reconhecimento do hino oficial, o *Star-Spangled Banner*; a mão direita no coração no momento do canto, as paradas das escolas secundárias em estilo militar, a própria militarização dos espetáculos de futebol⁸, todas essas práticas são próprias do fim dos 1800 e início dos 1900, e muitas tinham o propósito claro de «americanização» das crianças imigrantes.

Exatamente naquele momento, os Estados Unidos faziam a sua primeira intervenção extraterritorial não-contínua, em Cuba, de onde seguiu-se à ocupação das Filipinas, para desgosto de Mark Twain.

Trata-se de um nacionalismo clássico, que percebe o ambiente internacional como um espaço a ser aproveitado para o desenvolvimento e fortalecimento da nação. Originariamente voltado para o mar e de características imperiais, que teve em Theodore Roosevelt um dos seus expoentes mais originais. Desbravando a cavalo as praias de Cuba, o velho Ted era, em 1898, de fato, o jovem herói do Oeste.

⁷ Sobre isso ver: Ituassu, A.: «Idéias e política externa Americana: uma discussão», in *Contexto Internacional*, Instituto de Relações Internacionais (IRI/PUC-Rio) vol. 23, n.2 (2001).

⁸ Lukacs, J.: *Uma nova República: história dos Estados Unidos no século XX*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

O século XX nos Estados Unidos conta a história da consolidação de uma ideologia do «ser», originada de uma idéia antiga de «exemplo», transformada em «excepcionalidade», em referência a inimigos internos e externos. O primeiro, o «traidor», nasce junto à diluição da fronteira entre o nacionalismo e o patriotismo; o segundo, o «mal, comunista, nazista, extraterrestre, índio, terrorista etc.», de uma relação na qual o «outro» é visto como degenerado.

Em 1894, a Universidade de Winsconsin foi duramente atacada pela Assembléia (populista) do estado por se recusar a demitir um professor socialista. Em 1924, a mesma Assembléia baixou uma lei que proibia «o ensino de fatos históricos considerados apatrióticos pelos políticos e pelo povo do estado». Da mesma forma, uma lei de Nova Jersey de 1921 proibia livros didáticos que «traíssem, falsificassem, deturpassem, distorcessem, duvidassem ou negassem os eventos que culminaram na Declaração de Independência ou em qualquer outra guerra que os Estados Unidos tenham participado ou venham a participar.»⁹

Quando as duas bombas atômicas explodiram no Japão, dando fim à Segunda Guerra Mundial, duas minorias se digladiavam pelo controle político e ideológico da política externa norte-americana. Uma pregava o desarmamento universal, uma governância mundial e a confiança nos russos, inclusive dos segredos atômicos. Outra, a minoria nacionalista - na época: ainda uma minoria -, procurava ressaltar que a posse da bomba dava aos norte-americanos a chance de forçar os comunistas a obedecer regras de jogo previamente estipuladas. O anticomunismo radical da segunda geração de imigrantes (como a de Joseph McCarthy) respondia à campanha de americanização desenvolvida durante e após a Primeira Guerra Mundial, que tinha como alvo possíveis deslealdades (traidores) entre os «strangeiros».

Patriotas dessa forma passam a ser aqueles que, sem pestanejar, trabalham pela nação, pelo desenvolvimento da nação, pela extensão do poder da nação, isto é: pelo nacionalismo. Não mais aqueles movidos pelo amor à nação. Era o fim da diferenciação clássica feita por Mark Twain (e também por George Orwell). Não à toa, em 1958, os formandos da Universidade de Notre Dame escolheram Wernher Von Braun como o «Patriota do Ano». Nada mais nada menos que o engenheiro responsável pelo bombardeio nazista contra Londres 13 anos antes. No fim do século, o nacionalismo, abraçado pelo Partido Republicano pelo menos desde 1860,

⁹ Lukacs, 2006, 35.

derrotaria o Império Soviético, e as portas se abriam para que os Estados Unidos exercessem seu verdadeiro poder de nação no ambiente internacional.

Lado a lado com o nacionalismo, também a ideologia «conservadora» foi amplamente fortalecida durante o século XX nos EUA, consolidando uma união (nacional-conservadora) e uma identidade (a do conservador que tem fé nas suas ideologias tradicionais, daí a própria corrupção do termo). De fato, em menos de 20 anos os norte-americanos deram uma guinada rumo ao «conservadorismo», ou ao que chamam em oposição ao «liberalismo». Na primeira metade dos 1900, em um país tradicionalmente considerado «liberal», nem mesmo os republicanos mais à direita se diziam «conservadores». Em 1970, no entanto, a maioria da população norte-americana voluntariamente assim se autodenominou, representando naquele momento a Era Pós-Liberal a vir na eleição de Ronald Reagan, em 1980.

O movimento conservador norte-americano é originário dos anos 1950, como oposição ao *New Deal* de Franklin Roosevelt e do Partido Democrata. Em sua origem, a plataforma parte da noção de que os liberais contribuíram para o aumento das burocracias e de um legalismo institucionalizado, que minavam certas idéias tradicionais de liberdade em relação ao governo. Durante a Guerra Fria, o conservadorismo se traduziu na sentença: «Deus deu à América o monopólio da virtude; e ao comunismo, o monopólio do pecado». Deus teria dado à América também a bomba atômica, que passa assim a representar o antigo e atual sentido de «oportunidade» do conservador, infiel à palavra, já que repleto de fé nas ideologias «excepcionais» de sua própria nação.

Com a eleição de Reagan, o monopólio do antigo *establishment* liberal se fora. Era hora de bradar contra os governos grandes, apesar dos megaprojetos, em especial no campo militar, como o Guerra nas Estrelas. Era hora de bradar contra o Estado policial, apesar do reforço dos poderes da inteligência norte-americana. Era hora da livre iniciativa, apesar do apoio muitas vezes duvidoso das grandes empresas. Era hora de bradar pelos valores tradicionais norte-americanos e da civilização ocidental, com base na visão estreita do nacionalismo.

«Oportunidade»

Uma tese corrente no campo das relações internacionais é a de que houve nas última décadas uma mudança paradigmática no que diz respeito à segurança e à economia dos países no ambiente global. Isso não significa apontar, mais uma vez, para a mãe atual de todos os órfãos: a globalização – apesar de a globalização ser

parte integrante do processo –, mas ressaltar (1) a falência do conceito de «deterência» como garantidor e ordenador da segurança nacional, bem como (2) a passagem de uma economia do tipo «fordista», característica do pós-Segunda Guerra Mundial, para uma outra chamada por alguns autores de «milénar»¹⁰.

No campo da economia, as diferenças entre os dois sistemas são muitas. Enquanto o primeiro modelo tem por base o consumo de massa, os Estados grandes e interventores, a autonomia, a proteção, as garantias; o segundo traz outros valores como a produtividade, a liberdade, o indivíduo, a interdependência. Motor e produto da transição do primeiro sistema para o segundo, os Estados Unidos experimentam hoje uma forte sensação de «renascimento», como a que ocorreu após o passar dos anos do fim da Guerra Civil. Trata-se da percepção de que o país foi capaz de se ajustar às transformações econômicas do ambiente internacional mais rapidamente do que as outras nações do planeta, uma idéia que muitas vezes é percebida no exterior de uma outra maneira: como um processo no qual Washington é o principal incentivador e interessado nas mudanças.

O que une e justifica os dois caminhos é exatamente a chamada ampliação do «poder relativo» norte-americano, em especial no que diz respeito aos quesitos clássicos que caracterizam a idéia de «poder» (economia e capacidade militar). Para um lado, a «ampliação» seria uma consequência natural da adaptação bem-sucedida; para o outro, um plano colocado em prática.

Um produto claro dessa dinâmica de extremos é a visão conservadora e nacionalista norte-americana de que a diferença de poder é uma «oportunidade», para lembrar o título representativo da obra de Richard Haass *Opportunity*, que descreve, como o próprio livro diz, «um momento sem precedentes no qual os Estados Unidos têm a chance de construir um mundo onde as pessoas estejam seguras, livres e possam usufruir de um padrão decente de vida»¹¹.

Percebe-se claramente assim que esse «novo» Estados Unidos chegou acompanhado das tradicionais correntes da política externa norte-americana, não como um conjunto de idéias estanques, mas como noções transformadas pela história. O velho wilsonianismo, por exemplo, é absorvido pelo «novo» conservadorismo norte-americano no que diz respeito à promoção universal da democracia mas não à antiga ênfase nas instituições internacionais, representada

¹⁰ Mead, Walter R.: *Power, Terror, Peace, and War*, New York, Alfred A. Knopf, 2004.

¹¹ Nass, R.: *The Opportunity*, New York, Public Affairs, 2005.

na proposta da Liga das Nações; algo que acaba por fortalecer outro produto claro das relações atuais dos Estados Unidos com o mundo: o antiamericanismo, originado muitas vezes entre os que mais sofrem com os custos das transformações e que menos têm o amparo do poder público. Como fenômeno social, o antiamericanismo certamente ganha fôlego na própria associação do país com o processo de transformação da economia internacional, bem como com os problemas no Oriente Médio ou a pobreza na Venezuela.

A esse contexto de antiamericanismo crescente e de consolidação de um poder conservador nacionalista na estrutura política norte-americana, soma-se um vazio de respostas no que diz respeito: (1) à segurança nacional, dada a incapacidade do mecanismo clássico tradicional, a deterrência (ou dissuasão), de conter um ataque do chamado «grande terrorismo», como foi no 11 de Setembro (ou a qualquer momento); e (2) aos problemas mais graves hoje enfrentados pelo planeta – o terrorismo, a pobreza, a Aids, a degradação do meio ambiente, problemas hoje que estão fora do alcance das estruturas políticas, expondo um vazio claro de linguagem no ambiente público nacional e internacional. Tem-se aí uma mistura literalmente explosiva, que alimenta e é alimentada por outras semelhantes espalhadas pelos continentes, inclusive o nosso, também ligadas a projetos radicais de nação e/ou religião. A consolidação do nacional-conservadorismo na sociedade norte-americana nos permite intuir ao menos uma longa permanência das respostas nacionalistas aos muitos desafios apresentados pelo ambiente, o que possibilita a idéia de uma superpotência excessivamente envolvida e mal envolvida nos múltiplos temas, de modo a gerar ampla liberdade de ação local a atores cujos processos não sejam vistos como «problema».

Até o momento, vale lembrar que: (1) o atual estado da política interna e externa norte-americana não é especificamente representado pelo governo Bush mas por um claro e consolidado desenvolvimento histórico-cultural ocorrido nos Estados Unidos; (2) no que diz respeito às relações internacionais, há, não só nos Estados Unidos mas no ambiente global em geral, um vazio de respostas relativas a problemas de ordem transnacional, que é ocupado por plataformas de natureza nacional ou internacional e que se utilizam normalmente de uma linguagem política anacrônica para o tratamento dos temas em pauta. A junção dos dois argumentos nos permite lançar os olhos sobre uma permanência de posturas nacionalistas – anacrônicas e, por isso, desperdiçadora de recursos - no tratamento de questões transnacionais e, conseqüentemente, uma ampliação do espaço de atuação local em processos que não sejam negativamente percebidos no centro do poder. De fato, de modo universal, mais que nunca há uma necessidade de

criatividade política, de «invenção» de uma nova linguagem política que possa alcançar o terreno da desolação; da violência, da pobreza, da falta de condições básicas, da Aids, do meio ambiente.

A conexão Brasília-Washington

O que tudo isso implica para as relações Brasil-Estados Unidos? George Bush e Lula mantiveram uma relação cordial até aqui. Bush e Lula sabem que não pensam da mesma forma mas mantêm mesmo assim uma interação pragmática, com alguns deslizes de ambas às partes, como quando o presidente brasileiro se demonstrou publicamente contrário à segunda invasão do Iraque, ou quando Brasília envia sinais simpáticos aos regimes populistas antiamericanos no Hemisfério, ou quando Washington nunca antes favoreceu tanto o próprio antiamericanismo. Nesse momento, exatamente, o conservadorismo nacionalista norte-americano se traduz, no campo da política externa, em um interlocutor muito pouco disposto a discutir projetos. Na última visita ao Brasil, o presidente norte-americano descreveu um sonho idílico para as três Américas, de um continente livre das drogas, da violência, da fome etc. Em nenhum momento, no entanto, George W. Bush se mostrou disposto a discutir ou a debater os planos que trazia na pasta, mas apenas a garantir o apoio brasileiro a eles¹².

De fato, a passagem para o regime pós-Guerra Fria, como não poderia deixar de ser, tem um impacto profundo na expectativa das relações Brasil-Estados Unidos. Algumas opções saíram de campo e foram substituídas por outras, e dependendo do ângulo de visão pode-se dizer que os caminhos foram amplamente multiplicados.

Não cabe mais ao contexto internacional contemporâneo (a não ser que se tenha a infeliz idéia de apoiar as causas terroristas internacionais), o jogo triangular dos anos 1930 e da Guerra Fria, onde as relações entre Brasília e Washington foram sempre intermediadas por uma referência antiamericana de poder (nazismo, comunismo). O mesmo mecanismo que os demais países da América do Sul utilizaram, com a diferença de que o triângulo desses tinha Brasília e Washington como dois dos seus três polos.

¹² Ituassu, A.: *Uma hora com George Bush*, in *Jornal do Brasil*, 7 de novembro de 2005: <www.ituassu.com.br/bush.html>.

De qualquer forma, o antiamericanismo, mesmo assim, continua a ser uma variável política forte na região. O discurso constrangedor de Hugo Chávez na ONU deixa claro que o antiamericanismo na Venezuela é uma questão de política interna. Foi feito no mesmo momento em que os venezuelanos, por sua empresa estatal, estão entre os quatro maiores exportadores de petróleo para os Estados Unidos¹³. O antiamericanismo na Venezuela é um elemento de coesão (interna e externa), tal qual o discurso de Lula contra a segunda invasão do Iraque - afinal, nunca se esperou que qualquer atitude do presidente brasileiro pudesse de alguma forma mudar a situação em que se colocou.

Na verdade, as estruturas se repetem também em seu caráter pragmático. De fato, o discurso independente e mesmo antiamericanista é tradicional da política externa brasileira, com as exceções curtas dos períodos imediatamente após o suicídio de Vargas e do Golpe de 64. O antiamericanismo, no entanto, ficou em boa parte das vezes apenas no discurso, como forma de aumentar o poder de barganha de Brasília.

O que se abre hoje ao Brasil e também à América Latina em geral é um campo totalmente distinto de possibilidades. Trata-se do campo das relações transnacionais, das interações mais entre pessoas e organizações (públicas e privadas) e menos entre Estados nacionais. Tal espaço se abre exatamente como função da atual configuração do sistema internacional.

Um dado inescapável do ambiente global contemporâneo é a presença da gigantesca diferença de poder relativo. Esse é um ponto novo haja visto que o século XX inteiro se desenvolveu com uma divisão clara do poder internacional. Em termos nacionais-militares é praticamente esquizofrênico pensar em se equiparar aos Estados Unidos, que gastam US\$ 450.000 milhões em armas em um ano (2004), com apenas 4% do PIB¹⁴. Qualquer caminho para se aumentar o poder da nação pela via clássica do nacionalismo, como forma de deter um poder dessa magnitude será, por definição, inócuo. Além disso, exatamente por causa de suas características consolidadas altamente nacionalistas, os outros caminhos expostos que não o do nacionalismo são exatamente os que a potência menos é capaz de controlar.

O que se percebe hoje, muitas vezes, no Brasil e na região, em geral, é uma tradição inercial de um paradigma de contexto antigo, reforçado pelo antiamericanismo

¹³ <www.eia.doe.gov/pub/oil_gas/petroleum/data_publications/company_level_imports/current/import.html>.

¹⁴ <http://first.sipri.org/non_first/milex.php>.

como variável política doméstica, o que produz uma ação anacrônica em relação ao seu tempo. A atuação diplomática brasileira, por exemplo, tem interpretado as possibilidades abertas no contexto pós-Guerra Fria claramente como um espaço de manobra para o aumento do poder da nação. A diversificação comercial, a multiplicação das alianças, o pleito por um assento VIP no Conselho de Segurança da ONU, o comando no Haiti, a atuação na OMC são representações bastante claras de um caminho nacionalista para a política externa de um país que adota taxas proibitivas à importação de computadores.

Ao mesmo tempo em que estamos aumentando nossas relações comerciais com a Líbia, pouco temos de ligação efetiva com as populações vizinhas. O país e o continente permanece sem condições básicas de intercambiamento, seja no que diz respeito à infra-estrutura, às barreiras linguísticas e culturais, à educação, ao turismo interno, às relações de negócios.

Se, de fato, as tradições nas relações internacionais ensinam que há uma ameaça clara e constante no sistema contemporâneo, produzida pela ampla diferença de poder relativo em favor dos Estados Unidos, essa ampliação da capacidade norte-americana, no entanto, foi proporcional ao aumento do seu campo de atuação e de preocupações no planeta, que promete se manter alimentada por uma ideologia anacrônica e incapaz de lidar com os temas em pauta, assim abrindo as portas para uma relação mais flexível do Brasil e da América Latina, em geral, com o mundo e entre si.

É um equívoco que essa oportunidade seja percebida como um campo de desenvolvimento da nação, quando deve ser pensada como um espaço de manobra para a organização de soluções para problemas comuns. Atualmente, a América Latina gera projetos nacionalistas (Brasil e Venezuela) que competem na própria região, e chamam a atenção da potência no que diz respeito: (1) à expansão, mesmo que virtual, da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul – o que é combatido pela oferta de acordos bilaterais de comércio; e (2) à revolução bolivariana de Chávez e sua aliança com o regime de Fidel Castro.

A experiência latino-americana

A América Latina não precisa cometer o mesmo erro de exacerbar respostas nacionalistas para problemas que hoje são de ordem transnacional. A economia é transnacional bem como, conseqüentemente, a pobreza; já que são também o

comércio e o investimento. Mesmo que as firmas estejam atuando com o apoio ou a gerência do Estado na maioria dos casos, o fato é que as redes de interação econômica são transnacionais, e a autoridade, na verdade, no que diz respeito às fronteiras, corre atrás de mecanismos de controle mínimos.

Da mesma forma que a economia, a violência também é transnacional, e qualquer cidadão de uma grande cidade latino-americana sabe que o crime que enfrenta atravessa fronteiras. A ameaça da doença é transnacional, bem como a do meio ambiente.

A transnacionalidade penetra hoje pelos países, em um exato momento em que a região mal conseguiu estruturar os seus Estados-nacionais. Os países estão divididos de formas diversas. No Brasil, estão do lado de fora os pobres, os negros e os índios. Na Argentina, provavelmente, os pobres e os índios. Na Colômbia, a separação se institucionalizou. Na Bolívia, ainda se fala de imigrantes e índios. Na Venezuela, com a divisão *embedded* no sistema político: chavistas e não-chavistas. No Equador e no Peru a situação é semelhante. Isso sem falar nas mulheres.

De fato, vivemos em projetos inacabados de comunidade ao redor de um centro de poder (i)legítimo, onde a política nada mais é que um campo de luta pelo apoderamento da autoridade, a ser utilizada em benefício próprio direto e indireto: um sistema que não apresenta noção alguma imbuída de «público».

Apenas alguns de nós (normalmente poucos) usufruem dos bens da vida moderna, como moradia, alimentação, segurança, oportunidade, educação, saneamento, saúde, crédito, liberdade etc. Nesse contexto, certamente a violência é uma opção para os que estão do lado de fora – o que não a justifica, mas a explica em boa parte. Ao mesmo tempo, o terreno público *de facto* se torna presa da corrupção, ao não carregar valores fundamentais.

Não são à toa os escândalos políticos recentes no Brasil, um país que paga impostos do gabarito de uma Alemanha ou Espanha, mas não possui um bem público sequer de qualidade consolidado: a educação pública e gratuita é um desastre, a saúde pública em geral não funciona; o acesso à justiça é custoso, trabalhoso e, na prática, proibitivo ou simplesmente inexistente para boa parte da população. Além disso, a segurança pública beira o caos, como o que se estabeleceu em São Paulo, nos ataques recentes da facção criminosa PCC, ou como o que se vive no dia-a-dia das ruas no Rio de Janeiro.

Conclusão

Qual oportunidade vive hoje a América Latina? A de se distanciar das fórmulas anacrônicas de nacionalismo que incidem sobre as suas relações intra-regionais e internacionais. Nenhuma resposta de caráter nacionalista pode resolver os dilemas (de segurança, inclusive) de natureza transnacional presentes no sistema, exatamente porque atuam em planos diferentes, e movidos por lógicas diferentes. A insistência em soluções «nacionais» corroborada pelo desenvolvimento de um processo histórico-cultural nos Estados Unidos não só alimenta a própria ameaça como outros nacionalismos, como pode ser o principal desestabilizador do ambiente internacional a curto-médio prazo.

A janela que se abre para a América Latina é a que dá para o próprio jardim. Em vez de conectados prioritariamente a esse ambiente conturbado de uma potência hiperenvolvida com temas transnacionais reproduzindo respostas nacionalistas, os países da América do Sul, em especial, podem olhar para si mesmos e perceber problemas comuns: a dificuldade generalizada, por exemplo, das autoridades serem legítimas e proverem suas sociedades de bens públicos básicos. Não há uma lei que imponha o comércio como forma eterna e fundamental de integração. No âmbito regional, há outras prioridades à frente do comércio - como a educação básica e universal de qualidade, um sistema de saúde eficiente, e a garantia de segurança, do acesso à justiça e ao crédito.

Podemos institucionalizar a comunicação dos Bancos Centrais da região para evitar crises financeiras e facilitar o crédito nos países. Podemos integrar os sistemas de segurança pública e pautar uma agenda de discussão regional neste terreno, bem como no campo dos outros bens básicos. Podemos intensificar os esforços de infra-estrutura, em especial de transporte intra-regional. Facilitar as transações econômicas e a movimentação de pessoas. Saindo do terreno restrito do comércio *per se* - pela via da expansão local da TEC - nós do Mercosul podemos abrir uma porta de comunicação com o Chile, com uma agenda que pode tratar da troca de experiências de governo.


Nada disso significa abrir mão de uma rede de segurança contra ameaças externas, até mesmo nacionais. Os países da região podem e devem inclusive pensar em uma aliança militar local, uma instituição de troca de informações e de treinamento conjunto regional. Algo, no entanto, que seja amplamente desprovido de qualquer senso original de antiamericanismo, e que não seja, de maneira alguma, um ponto de desconforto para Washington - daí o problema do nacionalismo. Não significa

nem mesmo, num sentido mais amplo, abrir mão da postura nacionalista, dado que o reordenamento da autoridade para o plano transnacional pode ser pensado como um mecanismo de fortalecimento das nações.

Para tudo isso, no entanto, é preciso haver, como já foi dito, um redirecionamento generalizado da «autoridade» na região, tanto no que diz respeito à política interna quanto à externa. O discurso antiamericanista do presidente venezuelano Hugo Chávez e as tropas brasileiras no Haiti, bem como o pleito de Brasília pelo assento permanente no Conselho de Segurança da ONU são representações esquizofrênicas de uma política totalmente afastada da sua função organizadora da vida pública, da vida em comunidade em um dado espaço físico delimitado. Afinal, do que precisam os latino-americanos: escolas, hospitais, segurança, justiça e oportunidades ou revoluções, ditadores, bombas nucleares e expansão militar?

Em última instância, a conjunção em torno do «público» fortalece a segurança regional, contendo as ameaças nacionais e transnacionais que por ventura pudessem surgir, inclusive contra a potência maior, chamando a atenção negativa da própria. O elemento público contém a violência, une a política, impulsiona o comércio e o investimento, possibilita o crédito e o conforto.

Vale lembrar novamente de Hannah Arendt:

[É] a ausência de nome para o tesouro perdido que alude o poeta ao dizer que nossa herança foi deixada sem testamento algum. O testamento, dizendo ao herdeiro o que será seu de direito, lega posses do passado para um futuro. Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição – que seleccione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo.¹⁵ 

Este artículo es la versión original en portugués de «Estados Unidos, la integración latinoamericana y el lugar de Brasil», incluido en *Nueva Sociedad* N° 206, noviembre-diciembre de 2006, ISSN 0251-3552, <www.nuso.org>.

¹⁵ Arendt, H.: *Entre o passado e o futuro*, Perspectiva, São Paulo, 1997 [1954].